

Oliveira: uma cidade atlântica no interior de Minas, séculos XVIII e XIX.

An Atlantic City in the interior of Minas, 18th and 19th centuries.

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v12i1.2671>

Leonam Maxney Carvalho

Doutor em História pela Universidade Federal Minas Gerais – UFMG / CAPES

leonam.carvalho@educacao.mg.gov.br

leonamcarvalho@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-1491-8168>

Recebido em: 30/11/2018 – Aceito em 13/04/2019

Resumo: Este texto aborda a história alguns aspectos da Cidade de Oliveira, entre os séculos XVIII e XIX, na região centro-oeste de Minas Gerais, sob um dos olhares da História Atlântica. Isto significa lidar com alguns aspectos retratados em fontes oficiais de forma a retirar os pejorativos relativos aos africanos e afrodescendentes que se instalaram na região. Quilombos considerados como reunião de criminosos passam a ser vistos como organizações sociais complexas, com divisão de trabalho bem organizada e ligação cultural com as experiências dos escravizados na África. Estatísticas sobre a população, seu número de escravizados e livres, aspectos de cor de pele, passam a ser vistos de forma a evidenciar sua ligação com as culturas e organizações centro-africanas, de onde a maioria dos escravizados vieram para Minas Gerais no período analisado. Desta forma, propõe-se uma abordagem peculiar ao Mundo Atlântico, que pode revelar outros aspectos ainda ignorados da história das regiões interioranas mineiras.

Palavras-Chave: História Atlântica, História de Minas Gerais, quilombos

Abstract: This text approaches the history of the City of Oliveira, between the eighteenth and nineteenth centuries, in the central-west region of Minas Gerais, by the vision of Atlantic History. This means dealing with some aspects portrayed in official sources in order to remove the pejoratives relating to Africans and Afro-descendants who settled in the region. Quilombos considered as criminals groups are now seen as complex social organizations, with a well-organized division of labor and cultural connection with the experiences of the enslaved in Africa. Statistics on the population, their number of enslaved and free, skin color aspects, are now seen in order to show their connection with Central African cultures and organizations, from which most of the enslaved came to Minas Gerais during the analyzed period. In this way, a special approach is proposed to the Atlantic World, which may reveal other aspects still unknown to the history of the interior regions of Minas Gerais.

Key words: Atlantic history, Minas Gerais History, Quilombos

Introdução

De acordo com o memorialista Luiz Gonzaga da Fonseca, o distrito de Nossa Senhora da Oliveira surgiu de uma encruzilhada, povoada ainda na primeira metade do século XVIII, por comerciantes, agricultores e criadores que se instalaram no caminho que se abria para o Oeste de Minas e para Goiás. Ao contrário de muitas vilas mineiras do século XVIII, o povoamento na região não surgiu diretamente da exploração do ouro, mas como um tipo de entreposto comercial e paragem para viajantes que atravessavam Minas Gerais em direção ao oeste da província e para Goiás¹.

¹ FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P. P. 17.

Entretanto, ao longo dos séculos XVIII e XIX, Oliveira se tornou muito mais do que um entreposto comercial ou uma paragem para tropeiros. A sua história foi construída também com conflito, violência, morte e sangue de milhares de pessoas; pela busca incessante de aventureiros por riquezas e a glória dos descobrimentos auríferos da região central da colônia portuguesa; pelas estratégias do estado português, ainda no século XVIII, de expulsar indígenas guerreiros, e posteriormente, de povoar territórios ocupados por quilombolas nômades, conhecedores de táticas de sobrevivência, defesa e de combate na mata.

A Vila foi instalada em meados do século XIX, numa região em crescente desenvolvimento populacional e econômico, enraizada na instituição da escravidão, sob a vigência do governo imperial e suas novas leis criminais. A história de Oliveira será constantemente reconstruída neste período, forjada nas chamas da diversidade cultural, com populações constituídas por indivíduos brancos, negros, pardos, crioulos, cabras e outros mestiços... de diferentes origens e condições socioeconômicas, mas todos com algo em comum: a necessidade de ocupar um lugar social. Eram também pais e mães de família, abastados fazendeiros, homens e mulheres de famílias ricas que ocupavam cargos políticos de prestígio, pessoas livres que defendiam violentamente a honra de seu trabalho, de seu grupo, de seu sustento. Mas também havia aqueles indivíduos que, apesar de escravizados, se compreendiam muito mais do que como uma simples propriedade, e que também eram trabalhadores, que podiam ser cabeças ou membros de alguma família, ou que por mais que não tivessem ninguém por eles, possuíam visões próprias do mundo que os cercava, e de si mesmos, e que protegeram, também com violência a sua honra e os seus espaços sociais, suas conquistas, mesmo que ínfimas, ainda que dentro dos limites do cativo ou das senzalas.

É dentro desta visão de Oliveira e da história de sua população, que se insere esta pesquisa. Esta cidade se propôs “cosmopolita” em sua origem, foi construída sobre campos de guerra entre brancos, índios, africanos e mestiços. A região possuiu características urbanas e rurais, esteve sempre ligada à elite política nacional do período provincial e, ao mesmo tempo, teve sua economia voltada para a agropecuária e o comércio de abastecimento provincial.

Ao se reconstruir a história de Oliveira, resolveu-se, por opção metodológica, partir do questionamento do título do texto, observando-se a visão que alguns historiadores como Carlos Eugênio Líbano Soares, Flávio dos Santos Gomes e Juliana Barreto Farias tiveram da cidade do Rio de Janeiro, a grande urbe brasileira do século XIX, enquanto ponto de encontro cultural atlântico. Portanto, se questiona como a cidade de Oliveira pode ser compreendida como uma extensão do mundo atlântico no interior de Minas Gerais. Desde já se avisa que não se faz aqui uma comparação igualitária, não se está afirmando que Oliveira se equipara ao Rio de Janeiro em termos populacionais ou urbanos, mas coloca-se a “Princesa do Oeste”² de Minas como uma parte do braço da cultura atlântica que se esticou para se enraizar e ser abraçada pelo interior do Brasil, entre os séculos XVIII e XIX.

Como mundo atlântico, apropria-se aqui das ideias de A. J. R. Russel-Wood que o descreve como uma interface entre África, Américas e Europa, entendendo que, a partir dos descobrimentos, seja no âmbito comercial, político ou cultural, “nenhuma parte possa viver em isolamento”³. Defende-se a ideia de que, a história destes continentes não pode mais ser analisada em separado, devendo ser integrada em suas múltiplas dimensões. Assim, esta “história atlântica” seria um exercício de análise que enfatiza o

intercâmbio, seja de indivíduos, de flora e fauna, de mercadorias e produtos, seja de línguas, de culturas, de manifestações de fé, e de costumes e práticas tradicionais; um Atlântico caracterizado pelo movimento, pelo vaivém, e transições, e a vários ritmos de aceleração; e um mundo onde instituições, mesmo reinos, se formam, reformulam-se de um modo distinto, fragmentam-se, apenas para reaparecerem com uma nova configuração⁴.

² “Devido à sua geografia privilegiada, colocada no cruzamento de caminhos importantes, Oliveira recebeu o nome de “Princesa do Oeste”. Diversas são, no oeste mineiro, as cidades que se arrogam esse título; por isso, Oliveira não o reivindicou para si com exclusividade” (FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P. 368).

³RUSSELL-WOOD, A.J.R.. Sullcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. p.21.

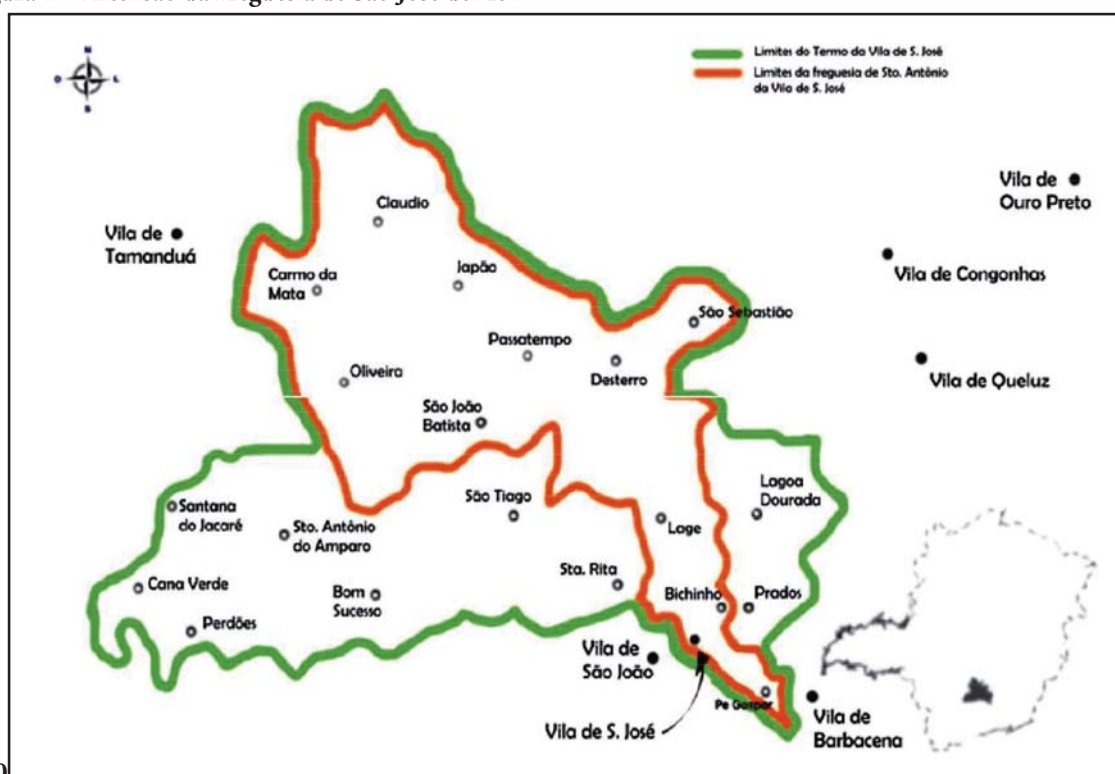
⁴RUSSELL-WOOD, A.J.R.. Sullcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. P. 21.

Localização e a História oficial

Oliveira está localizada na região centro-sudoeste de Minas Gerais. Em relação a São João Del Rei, cabeça da Comarca do Rio das Mortes, está a noroeste. Quando formou o primeiro arraial, pertencia à Vila de São José Del Rei (atual Tiradentes), que se reportava à mesma comarca. Tornou-se Vila de Oliveira somente em 1839, elevando-se à categoria de cidade em 1861. Caminho para as descobertas auríferas do oeste de Minas e da província de Goiás, quem seguia para estas novas regiões, vindo da referida Comarca e da capital Vila Rica de Ouro Preto, passava pela região de Oliveira. Apesar de pertencer à Vila de São José, estava longe da sede, pois “um meirinho, para ir de Oliveira a Tiradentes, levava de quatro a cinco dias, por estradas péssimas, numa viagem cansativa em lombo de burro. Foi essa uma das alegações que embasou o desmembramento da Vila de Oliveira da Comarca do Rio das Mortes, em 1868”⁵.

Segundo Leopoldo Correa, baseado nos estudos de Waldemar Barbosa, a *Picada de Goiás*, ou, o *Caminho Novo* que passou a ligar o Rio de Janeiro e São Paulo a Goiás, teria surgido de sesmarias requeridas por moradores de São João Del Rei, que se instalaram na região a partir de 1737⁶. “A Picada de Goiás vinha de São João Del Rei em direção ao Rio São Francisco. Daí nascem as cidades de São Tiago, Bom Sucesso, Oliveira, Candeias, etc.”⁷.

Figura 1 – Extensão da Freguesia de São José del-rei -



820

Fonte: MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Trabalho, Família e Escravidão: pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do XIX. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia a Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. p.18.

Antes da chegada dos povoadores em busca do ouro, o “Campo Grande da Picada de Goiás” — como era conhecida a região de Oliveira em seus primórdios —, era terra de indígenas Tapajós, Carijós e Cataguás. Entretanto, estes nativos foram “desaparecendo” à medida que avançavam as bandeiras que buscavam riquezas pela “Picada de Goiás”, por onde iam se instalando comerciantes e fazendeiros⁸. Entre estes povoadores e comerciantes, também passavam pela região, os “comboios” de escravizados:

(...) encambulhados uns aos outros pelo pescoço, por meio de trelhas e corren-

⁵GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Jogando Caxangá: notas sobre as divisões jurídico administrativas na Comarca do Rio das Mortes durante o século XIX. P. 30

⁶CORREA, Leopoldo. Achegas à história do Oeste de Minas (Formiga e municípios vizinhos). P. 22. Apud BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e quilombos em Minas Gerais.

⁷CORREA, Leopoldo. Achegas à história do Oeste de Minas (Formiga e municípios vizinhos). P. 22.

⁸FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P. 17, 23-25.

tes, numa dolorosa ciranda tangida pelo rebenque dos comboeiros. Presos, arrastados, retalhados, salmorados, esvaídos de dor, cansaço, fome e sede — começam os negros a fugir e a se aquilombar pelos socavões do interior, em grupos organizados que lhes garantiam, pelo homicídio e pelo saque, a subsistência e a vingança⁹.

Como a própria descrição de Fonseca remete sobre os escravizados trazidos pelo “Caminho Novo de Goiás”, nem só de sofrimento, viveram estes indivíduos. Entre as décadas de 1730 e 1760, a região foi dominada — “infestada”, conforme as palavras do autor — por quilombolas que se instalaram pelos sertões ao redor deste caminho. A região era ainda pouco conhecida, apresentava terras férteis para agricultura, com ricas fontes de água; o que teria favorecido que “grande número de negros fugidos” atacassem, roubassem e matassem os novos povoadores gerando grande preocupação com as “in-consideráveis hostilidades entrando Suassuhy, Peropeba, Comarca do Rio das Mortes (...)”¹⁰.

O autor trata destes quilombolas como “negros foragidos de senzalas e de comboios em marcha”, que se uniam a criminosos e fugitivos da justiça, e até “mesmo a remanescentes dos extintos cataguás”. Como atestou Barbosa, havia também “alguns brancos criminosos em meio aos quilombolas”. Ao mesmo tempo, líderes das tropas do governo, se utilizavam de indígenas para combatê-los¹¹.

Essas “quadrilhas perigosas”, formadas por muitos remanescentes e com ligações com os quilombolas do rio das Mortes, se aproveitavam das terras ermas e “roubavam tudo. Boiadas. Tropas. Dinheiro. Cargueiros de mercadorias vindas da Corte. E até os próprios comboios de escravos, matando os comboeiros e libertando os negros trelados”. Afirma o autor que foi “do combate a essa praga” que surgiria a colonização do território de Oliveira. Os governadores de Minas, diante da situação, retalhavam as terras em sesmarias que foram paulatinamente sendo entregues àqueles que participavam das tropas de combate aos quilombolas. Mais ganhava terras e matas quem mais matasse e destroçasse¹².

De acordo com Fonseca, entre os quilombos “mais perigosos”, estavam o “do Ambrosio”. Entre 1746 e 1758, após vários ataques militares do governo, um esquadrão com cerca de trezentos homens armados destruíram o quilombo do Abrósio, matando inclusive seu líder homônimo. Cerca de cento e vinte líderes foram presos, junto a outros inúmeros súditos daquele que se auto intitulava “Rei Ambrosio”¹³. Até o final da década de 1760, governadores de Minas ainda enviavam tropas para atacar quilombos nas paragens do “Campo-Grande e Picada do Guayaz”, sendo 1769 considerado pelo autor o ano de aniquilação da “hidra do sertão”, ou de “Conquista do Campo Grande”, pelas tropas oficiais¹⁴.

Estes relatos, ao mesmo tempo em que tratam os quilombolas e negros fugidos de forma pejorativa, por outro lado, exibem o tamanho significativo destes quilombos e de sua participação na história do oeste de Minas. Waldemar de Almeida Barbosa, se baseando em fontes oficiais dos governadores da capitania, escreveu sobre os quilombos de Minas Gerais e a grande formação do Quilombo do Ambrósio, “oficialmente designado como Quilombo Grande”, que após ser destruído, “renasceu mais forte e mais poderoso”. “Foi um modelo de organização, de disciplina, de trabalho comunitário. Os negros, cerca de mil, eram divididos em grupos ou setores, trabalhando todos de acordo com a sua especialidade”. Utilizavam, portanto, estratégias de manutenção e abastecimento de recursos relativamente estruturados, e com divisões de funções na produção e no saque, no armazenamento e no processamento de alimentos, para sustento de grupos extensos de pessoas.

Haviam os excursionistas ou exploradores, que saíam em grupos de trinta, mais

⁹ FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P. 30.

¹⁰ FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P.37.

¹¹ BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e quilombos em Minas Gerais. P. 55, 60.

¹² FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P. 37-39.

¹³ FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P. 38.

¹⁴ FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P. 39.

ou menos, assaltavam fazendas ou caravanas de viajantes; haviam os campeiros ou criadores, que cuidavam do gado; haviam os caçadores ou magarefes; os agricultores que cuidavam das roças e plantações; os que tratavam dos engenhos, fabricação de açúcar, aguardente, azeite, farinha, etc. todos trabalhavam nas suas funções. “Tudo era de todos, não havia meu nem teu”. As colheitas eram conduzidas aos paióis da comunidade. A obediência era cega e o chefe, Ambrósio, é descrito como o tipo de líder, pela sua inteligência organizadora, sua bravura, homem dotado de “todas as qualidades de um bom general”. Havia uma hierarquia administrativa, espécie de Estado Maior, constituído de elementos da confiança de Ambrósio¹⁵.

Provavelmente, muitos remanescentes sobreviventes destes quilombos, de alguma forma, se instalaram pelas matas, fazendas, arraiais e vilas que surgiram como entrepostos comerciais destas rotas entre Minas e Goiás. Aspectos de suas tradições possivelmente permearam a cultura mineira que foi se formando entre os séculos XVIII e XIX, principalmente com a constante entrada de escravos africanos e a presença de seus descendentes nestas regiões. Como consequência, Oliveira, desde seus primórdios, teve arraigada história de violência entre escravizados em luta pela liberdade, e indivíduos livres em busca de riquezas. Ao mesmo tempo, permeia por esta história, o convívio, a mistura, e a miscigenação entre diversas culturas: indígenas, africanas e europeias.

Seriam estes quilombos então, organizações sociais aparelhadas hierárquica e politicamente, com líderes bem definidos, em torno de um governo centralizado num “rei”. Tinham instituídas táticas militares de defesa e ataque a ponto de formarem “uma falange assaz forte e determinando-se a aparecer, o fazem com insolência de queimar as vivendas, matarem os senhores delas, forçarem as famílias, e levarem os escravos que entendem”¹⁶. Estavam também preparados para o nomadismo, para avançar ou recuar frente a inimigos invasores. “À simples aproximação da tropa, os quilombos de “menos consideração” se desfaziam tratando os quilombolas de tomar outro rumo, alguns se recolhendo às casas de seus senhores”. Mesmo que alguns fossem mortos ou presos, “outro quilombo tão grande ou maior aí surgiria pouco tempo depois”¹⁷.

Mesmo sob constantes ataques, após as invasões tidas como “de conquista do Campo Grande”, os Quilombos não desapareceram em Minas Gerais. “No século XIX continuaram os insultos dos quilombos, embora esparsos”¹⁸. A despeito disso, estes grupos se multiplicaram e se transformaram frente à necessidade de sobrevivência e de manutenção social e cultural. Assumiram diferentes identidades, conforme se locomoviam e se reorganizavam em torno de outros líderes e novas formas de hierarquia e organização.

“A frequência do nome Quilombo dado em Minas a sítios, paragens, povoados, constitui uma amostra de como esses quilombos proliferaram nas terras mineiras”¹⁹. Além disso, provavelmente estas mudanças e reconfigurações foram influenciadas pelas variações culturais, derivadas ainda de pelo menos três fatores principais: as mudanças nas correntes de tráfico humano lá no continente africano, nas terras a leste do atlântico; também pelas variações no mercado interno de escravizados em Minas Gerais, e ainda pelos diferentes ritmos e alterações nos índices de reprodução dos afrodescendentes, em suas diferentes formas.

Os Quilombos no Atlântico

A formação e disseminação de estruturas como os quilombos, em Minas Gerais, indicam forte influência das culturas centro-africanas dos séculos XVII, XVIII e XIX. O próprio termo “quilombo”, utilizado para descrever estas “reuniões de negros” no

¹⁵BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e quilombos em Minas Gerais. P.31.

¹⁶BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e quilombos em Minas Gerais. P.32.

¹⁷BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e quilombos em Minas Gerais. P.39.

¹⁸BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e quilombos em Minas Gerais. P.75.

¹⁹BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e quilombos em Minas Gerais. P.85.

Brasil, tem relação com o “kilombo” de origem centro-africana. De acordo com Marina de Mello e Souza, “a região na qual existiram os kilombo englobava uma multiplicidade de grupos com organizações sociais e políticas bastante parecidas”. Os povos bantos, que mantinham relações entre si, partilhavam sistemas simbólicos e sociais, e, apesar de falarem línguas diferentes, estas possuíam semelhanças, pois vinham de um mesmo tronco²⁰. “Enquanto os ambundos, agricultores sedentários, viviam em libatas (aldeias) e mbanzas (capitais), os jagas, guerreiros nômades, viviam em kilombo — aldeias fortificadas e temporárias”. O kilombo dos povos conhecidos como jagas, culturalmente distantes dos ambundos, de acordo com a autora,

era um acampamento provisório, circular, cercado por troncos, com portões controlados cada um por um chefe militar. Dentro dele ficavam as casas próximas umas das outras, com a casa do chefe principal no centro, guardada por sentinelas sempre atentas e prontas para dar o alarme diante de qualquer suspeita de ataque²¹.

Desta forma, tanto os quilombos em Minas Gerais, quanto aqueles de algumas sociedades africanas, possuíam estruturas políticas e militares bem organizadas, além de relações específicas com a diversidade cultural e com outros grupos. Souza segue a linha do pesquisador Joseph Miller, e conceitua *okilombo* como “uma sociedade iniciática, uma confraria guerreira em constante treino militar, uma estrutura política centralizada, um local sagrado onde ocorriam as iniciações e acessível apenas aos iniciados”²².

Os citados grupos mbangalas, também conhecidos como jagas, habitavam o interior do território de Angola desde o século XVI até a virada do XVIII para o XIX: “eram nômades e formados para a guerra”; “viviam do saque às aldeias”; possuíam grande diversidade de origem cultural em seu círculo; e se organizavam em sociedades com base no kilombo:

Sua identidade de grupo era construída a partir do pertencimento a um determinado *kilombo* (nome que davam ao seu acampamento fortificado), havendo ritos de passagem que faziam da criança circuncidada um membro da classe de adultos. A reprodução dos grupos se dava a partir da captura de mulheres e crianças das aldeias saqueadas, que eram incorporadas aos *kilombos*, sendo estes, portanto, compostos por uma variedade de povos, inclusive ambundos capturados crianças ou que a eles se incorporaram, insatisfeitos com suas situações anteriores²³.

Estes kilombos também possuíam certa heterogeneidade e autonomia com relação uns aos outros. Os jagas-mbangalas, organizados desta forma, participaram de variadas contendas, conflitos e batalhas na África central, desde o século XVII, ao lado da Rainha Nzinga contra os portugueses, e em outros momentos, como aliados dos europeus. Seguiam leis denominadas “kijila”, que proibiam, ordenavam e puniam, dentre outras coisas, o nascimento de crianças no kilombo. Guerreavam grupos vizinhos, decapitavam seus líderes, matando homens, mulheres e crianças e convertendo os jovens para a sua cultura. Praticavam sacrifícios humanos e rituais de infanticídio como o “magi a samba”, onde sua rainha, sob rígido cerimonial, produzia um “unguento”, com o sangue e a carne de seu filho para conceber vitória na guerra e imortalidade aos seus guerreiros. Não permitiam a reprodução endógena, devido ao caráter nômade de sua organização²⁴.

²⁰ SOUZA, Marina de Mello e. Kilombo em Angola: Jagas, Ambundos, Portugueses e as circulações atlânticas. P. 139.

²¹ SOUZA, Marina de Mello e. Kilombo em Angola: Jagas, Ambundos, Portugueses e as circulações atlânticas. P. 141.

²² SOUZA, Marina de Mello e. Kilombo em Angola: Jagas, Ambundos, Portugueses e as circulações atlânticas. P. 143.

²³ SOUZA, Marina M. A rainha Jinga de Matamba e o catolicismo - África Central, século XVII. P. 2-3.

²⁴ SOUZA, Marina de Mello e. Kilombo em Angola: Jagas, Ambundos, Portugueses e as circulações atlânticas. P. 143.

Através do tempo, estas estruturas quilombolas foram se transformando dependendo das circunstâncias em que viviam e dos contatos com outros povos. Alguns acabaram por lutar ao lado dos portugueses e se tornaram seus vassallos. Outros se dissolveram entre ambundos, abandonando a vida nômade e guerreira do kilombo e as leis kijilas para adotar costumes “linhageiros” e sedentários, tornando-se agricultores²⁵.

Da mesma forma, os “quilombos” brasileiros foram bastante heterogêneos. Enquanto alguns souberam se articular para sobreviver como grupo coeso culturalmente, outros, em diferentes níveis, se incorporaram às sociedades que se formavam no Brasil dos séculos XVIII e XIX, refletindo e transformando, de diferentes modos, costumes e culturas do leste do atlântico. Conforme concluiu Souza,

em terras brasileiras a palavra ganhou novos sentidos, adequando-se aos contextos históricos nos quais existiu (...). Talvez o termo quilombo tenha se tornado mais comum do que o de mocambo à medida que os agrupamentos de escravos fugidos tenham sido percebidos como mais do que lugares onde os fujões se escondiam, com as identificações das organizações sociais e políticas específicas ali desenvolvidas, portadoras de padrões de moradia e mando semelhantes às das sociedades de origem dos africanos escravizados²⁶.

Questionar a participação da região de Oliveira no Mundo Atlântico, como foi feito no título deste tópico, é sugerir que o interior da província de Minas propiciou, pela história de encontros solidários e conflituosos, a mistura e a diversidade cultural. O Mundo Atlântico não se limitava à conexão entre os litorais europeus, americanos e africanos, mas por via marítima, terrestre ou fluvial, impulsionou e interligou áreas do interior destes continentes entre si. “A combinação de rotas marítimas e fluviais definiu a configuração da zona atlântica”²⁷.

Oliveira: uma cidade atlântica no interior de Minas Gerais

Soares, Gomes e Farias afirmaram que o Rio de Janeiro era “uma das maiores cidades atlânticas africanas entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX”, principalmente devido ao enorme contingente de “africanos” que eram inseridos no Brasil por seus portos, como escravizados a serem comercializados²⁸. Desta forma, paulatinamente, outras regiões do sudeste se tornaram braços, ou vertentes desta cidade atlântica, pra onde estes escravizados eram direcionados. Conforme os autores,

“Entre 1715 e 1727 partiram anualmente cerca de 2.300 africanos do Rio de Janeiro para as áreas de Minas Gerais. O volume logo iria crescer enormemente, alcançando uma variação de mais 40%. (...) As Minas Gerais continuariam sendo um destino importante para os africanos chegados ao Rio de Janeiro no século XIX²⁹.”

Robert Slenes confirma que “entre o final do século XVIII e 1850, um enorme contingente de africanos foi introduzido no Brasil”, e que “o tráfico foi direcionado especialmente para o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo”³⁰. Logo, por que não compreender estas regiões como extensões da cidade atlântica, ou mesmo também como províncias, vilas ou cidades atlânticas? Obviamente que a cidade do Rio de Janeiro era muito maior do que qualquer cidade da Província de Minas Gerais daquela

²⁵ SOUZA, Marina de Mello e. Kilombo em Angola: Jagas, Ambundos, Portugueses e as circulações atlânticas. P.145-150.

²⁶ SOUZA, Marina de Mello e. Kilombo em Angola: Jagas, Ambundos, Portugueses e as circulações atlânticas. P.151.

²⁷ THORNTHON, John Kelly. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. P. 55.

²⁸ SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. No labirinto das Nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX. P. 23.

²⁹ SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. No labirinto das Nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX. P. 23.

³⁰ SLENES, Robert W. “Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil”. P. 55.

época, mas isto não significa que muitas cidades mineiras não tivessem apresentado características do mundo atlântico. Portanto, questiona-se também, como identificar, ou caracterizar estas regiões como espaços atlânticos de convergência cultural.

John Thornton questionou algumas teses eurocentristas que afirmaram a vitimização do continente africano frente à superioridade econômica, política e militar europeia durante a construção do mundo atlântico. A África, segundo o autor, “possuía uma economia muito mais variada e produtiva do que antigamente se pensava”. Além disso, ratifica que as relações políticas e militares, entre europeus e africanos na África, eram controladas por estes últimos e não o contrário, como afirmaram os primeiros teóricos da História Atlântica³¹.

O autor discute a formação de uma cultura afro-atlântica no período da escravidão. Os africanos, suas culturas e instituições teriam exercido forte influência, tanto na organização das regiões africanas em contato com os europeus — onde dominavam o processo de compra, transferência e venda de escravos —, quanto no Novo Mundo, onde teriam, significativamente, conquistado suficiente liberdade de movimento e interação social — sendo muitos deles íntimos conhecedores do cristianismo, da moda, e do “dialeto crioulo”. As culturas africanas teriam se transformado a seu modo, incorporando influências estrangeiras sob formas dinâmicas desde a África até as Américas³².

De acordo com Thornton, no período colonial, em muitos locais das Américas estas culturas atlânticas teriam se constituído de um fenômeno basicamente euro-africano. Os indígenas naturais das Américas, haviam se conservado, em sua maioria, sob a supervisão de missionários em áreas rurais mais afastadas dos europeus, africanos e euro-americanos, que levavam suas vidas e atividades produtivas nas cidades, fazendas, minas e propriedades³³.

Contudo, estas conclusões devem ser relativizadas quando se trata da região sudeste do Brasil a partir do século XVIII, devido a variados fatores. Entre estes, destacam-se: a ampliação das rotas para as províncias e cidades do interior; o crescimento dos ambientes urbanizados criados ao redor das minerações de ouro e diamante, e também com a multiplicação de propriedades rurais com diversificados tamanhos, tipos de produção e organizações administrativas. Desta forma, desde o século XVII — quando as primeiras rotas de exploração e povoamento foram estabelecidas no sudeste brasileiro —, estes diferentes grupos sociais com diversas características históricas e culturais que se instalaram pelo território de Minas Gerais, se relacionaram de diferentes formas com os nativos que já habitavam a região.

O presente estudo segue as concepções de John Thornton no sentido de considerar os africanos e afrodescendentes como detentores de um papel essencial na formação das culturas do mundo atlântico, contrariando algumas ideias de pesquisadores que os consideraram mais como receptores culturais do que como doadores³⁴. Não se discorda que muitos dos escravizados africanos encontraram condições tão terríveis de cativeiro que acabaram morrendo antes de construírem qualquer tipo de “adaptação” cultural “ao novo meio ambiente ou de transmitir esses novos conceitos ou a cultura original para as próximas gerações”. Contudo, conforme o próprio Thornton afirma, várias foram as circunstâncias em que, mesmo sob um cativeiro extremamente severo, os escravizados “africanos e afro-americanos logo formaram comunidades nos vilarejos e, embora fossem explorados em seu trabalho e tivessem um alto índice de mortalidade, suas comunidades permaneceram auto-sustentadas”³⁵.

Os africanos e seus descendentes escravizados nas Américas construíram espaços de sociabilidade e de manutenção de seus costumes. Mesmo rompendo os laços que os uniam em suas comunidades de origem, reformularam concepções em seus novos agrupamentos sociais, onde sua cultura original foi, em muitos casos, base para estas

³¹ THORNTON, John Kelly. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. P.48.

³² THORNTON, John Kelly. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. P.49.

³³ THORNTON, John Kelly. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. P.202.

³⁴ THORNTON, John Kelly. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. P.202.

³⁵ THORNTON, John Kelly. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. P.217.

novas identidades. Mesmo em fontes como os processos criminais — onde estes indivíduos foram julgados por indivíduos brancos, livres e abastados, tendo cometido crimes com pouca margem para absolvição como os homicídios contra senhores —, é possível perceber histórias de vida marcadas por representações e comportamentos com forte ligação com aspectos de origem no leste do Atlântico. Fizeram parte das culturas atlânticas, junto aos europeus, euro-americanos e afrodescendentes, e nesta somatória cultural, cada região, grupo social ou indivíduo, é uma resultante que envolveu cada um destes vetores, em diferentes proporções.

Mesmo que escravizados com a mesma origem geográfica, étnica ou cultural tenham se reunido em grupos de origem, de trabalho, ou familiares, os processos criminais evidenciam visões de mundo relativamente particularizadas, que podem ser observadas e analisadas enquanto aspectos das diferenciadas versões que as culturas atlânticas adquiriram. Principalmente nas questões sobre as formas com que as noções de justiça se apresentaram na vida destes indivíduos, e mais especificamente quando lançavam mão da idéia de que eles próprios poderiam executar suas justiças, para defender seus espaços e concepções sociais e culturais.

Conforme Eduardo França Paiva já afirmou sobre Minas Gerais, a mestiçagem cultural se deu de variadas formas. Conflituosos ou não, os recrudescimentos, fusões e superposições culturais ocorreram entre a população, com diversos ritmos e em vários sentidos, “mesmo que um ou alguns entre eles imponham-se, mais frequentemente e a partir de seu maior poderio, sobre os outros”³⁶.

Os intercâmbios culturais entre africanos, europeus, e seus descendentes nas Américas, moldados pelo escravismo, apresentou situações de extrema violência, tanto para impor quanto para alargar os limites da escravidão. As trocas culturais ocorreram de forma plural e complexa, onde o uso da violência se dava entre todos os setores sociais.

Estudos também mostram que africanos e seus descendentes utilizaram diferentes recursos sociais para a sua sobrevivência ou mesmo ascensão social e econômica. A designação étnica, naturalidade e sexo se entrelaçavam com o posicionamento social, e permitiram diversos níveis de apropriação dos recursos de sobrevivência, formas de coesão e comunidade, de diferenciação social, mobilidade e acesso à liberdade.

Os descendentes de africanos nascidos no Brasil, especialmente algumas mulheres, em certas regiões, tiveram mais acesso a cartas de alforria. Escravos de certas etnias se negavam a executar funções delegando-as a indivíduos de agrupamentos étnicos diferentes, pois se identificavam com algum tipo de superioridade em relação aos outros. Prova isto o tratado elaborado pelos escravos do engenho Santana na Bahia, em 1789. Liderados pelo crioulo Gregório Luiz, assassinaram seu feitor e exigiram de seu senhor melhores condições de trabalho. Uma das exigências era que não fossem obrigados a certos serviços como “fazer camboas” e “mariscar”, devendo para isto mandar “os seus pretos minas”³⁷.

Realmente, alguns estudos reforçam a rivalidade entre crioulos e alguns grupos de procedência. Contudo, como afirmaram Soares, Gomes e Farias, é necessário se aprofundar sobre quem eram esses africanos e crioulos dentro de cada estudo, para não se correr o risco de generalizações ardilosas. De acordo com estes autores, “até 1850, parcela significativa de crioulos escravos era a primeira geração dos filhos de africanos”. Ou seja, eram parte da mesma família, pais e filhos. Por mais que algumas pesquisas mostrem que em certas irmandades de africanos, por exemplo, houvesse a proibição de se aceitar membros crioulos, provavelmente eram exceções. A maioria compartilhava de especificidades culturais, visões de mundo e noções de justiça³⁸.

³⁶ Paiva, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. P. 31.

³⁷ REIS, João José e SILVA, Eduardo, *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. P. 123; e FLORENTINO, Manolo e GÖES. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. P. 34-35.

³⁸ SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. *No labirinto das Nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. P. 49.

Manolo Florentino e José Roberto Góes, analisando as famílias escravas e o tráfico atlântico nas grandes fazendas do Rio de Janeiro entre 1790 e 1850, afirmaram que a entrada constante de africanos gerava a “contínua produção social do estrangeiro”, isto é, de um indivíduo desprovido de laços parentais”. Por um lado, isto poderia impedir a “tradução de um nós” dentro de um mesmo eito, dificultando a formação familiar. Por outro lado, o próprio senhor poderia ser visto como um estrangeiro em meio aos escravos, atrapalhando a personificação patriarcal da figura do *pater* do senhor³⁹.

Minas Gerais possuía no século XIX, alguns investimentos na mineração, mas sua economia era complexa e diversificada, especialmente nos setores agrícola, da tecelagem e no comércio. Apesar de não se enquadrar no contexto agroexportador, a região de Minas Gerais manteve ativo comércio interno de escravos e mercadorias, que ligavam centros urbanos, vilas e fazendas. Muitas vilas funcionavam como entrepostos comerciais que dinamizavam a economia e ligavam províncias como Goiás e Rio de Janeiro, escoando produções para a Corte⁴⁰, e encaminhando escravos africanos recém-chegados do litoral para o interior⁴¹.

Uma destas cidades era Oliveira. Quanto à posse de escravos, predominavam em Minas, pequenas propriedades de até cinco indivíduos, onde grande parcela da população era detentora de escravos e defensora do escravismo. Ao mesmo tempo, outra grande parte não possuía nenhum escravo, os livres pobres, vivendo de seu próprio trabalho⁴².

As sociedades mineiras foram cunhadas na estratificação social por condições jurídicas (escravo, livre, forro) e de origem (africana, brasileira, europeia). Desde o início do século XVIII, seu povoamento se caracterizou pela mistura, tanto biológica, quanto cultural, entre europeus, africanos e indígenas. Diferentes níveis sociais foram criados e variadas denominações foram atribuídas às diferentes cores de pele resultantes desta mescla, sendo as mais comuns: *crioulos*, *pardos* e *cabras*⁴³.

Estas denominações tinham representações diversas e balizavam que quanto mais próximo de uma descendência escrava e africana — filhos e netos de escravos —, ou quanto mais escura fosse a cor da pele, menor o status social, menos direitos e mais deveres o indivíduo tinha. Isto significa dizer que pardos, crioulos, cabras e negros africanos formariam a base da pirâmide social, pelo menos até o fim da escravidão, e estariam sempre na luta cotidiana para se afirmar, ou ascender naquele universo cultural.

Alguns autores como Edna Resende, seguindo a tese de Hebe de Castro, concordam que a partir da segunda metade do século XIX, esta estratificação se transformou, possibilitando diferentes oportunidades sociais para alforriados, negros e mestiços livres, que se confundiram com a grande massa de livres pobres e brancos. Nas fontes documentais ter-se-ia abandonado paulatinamente a referência à cor da pele, por conta também da dificuldade em associá-la à condição do indivíduo, devido ao grande número de livres de cor⁴⁴. Desta forma, uma imensidão de variedades de cor da pele e mesclas culturais teria dificultado a identificação da situação jurídica dos indivíduos como livres, forros ou escravos.

A virada do século XVIII para o XIX marcou Oliveira com povoamento crescente de agricultores, criadores e comerciantes, livres, com e sem escravos. Em 1790, quando ainda era distrito de São José del-Rei, o Arraial de Nossa Senhora da Oliveira tinha 1.713 habitantes. Fonseca aponta que em 1826, 36 anos depois, houve um crescimento populacional na região de aproximadamente 21,4%, apresentando 2.079 moradores, dos quais, 634 eram brancos (30,5%); 568 eram pardos (27,3%) e 877 eram negros (42,2%). Não se sabe a condição social/jurídica específica destes indivíduos com relação à sua cor. Contudo, o autor afirma que figuravam entre esta amostra, 885 escravos (42,6%) e 1.194 livres (57,4%)⁴⁵.

³⁹FLORENTINO, Manolo e GÓES. A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. P.35-37.

⁴⁰MARTINS, Ângela Magalhães. Século XIX: estrutura ocupacional de São João Del Rei e Campanha. P. 45.

⁴¹KARASCH, Mary C. Centro-Africanos no Brasil Central, de 1780 a 1835. P. 140.

⁴²LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX. P. 98.

⁴³LIBBY, Douglas Cole e FRANK, Zephyr. Voltando aos registros paroquiais de Minas Colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. P. 383.

⁴⁴RESENDE, Edna Maria. Entre a solidariedade e a violência: valores, comportamentos e a lei em São João Del Rei, 1840-1860. P. 37.

⁴⁵FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P. 75, 83.

Interessante notar que quase a metade da população, 42,2%, foi considerada como negra, e numa proporção bem próxima, de 42,6% estava a população escravizada. Ao se juntar a proporção de negros aos 27,3% da população considerada parda, conclui-se que quase 70% da população oliveirense, na década de 1820, se localizava entre africanos e afrodescendentes em alguma medida. No texto de Luiz Gonzaga da Fonseca, não consta outras designações como a dos “crioulos”, que aparecerão em grande escala em outros documentos. Provavelmente estes últimos foram incluídos dentro da população negra. O mesmo pode ter ocorrido com outras designações como os “cabras”, dentre outros.

Tudo indica que o crescimento demográfico na região continuou nas décadas seguintes, se intensificando em alguns períodos. Elevada à Vila pela lei provincial nº134 de 16 de Março de 1839, com posse da primeira câmara de vereadores a 8 de Junho de 1840, Oliveira torna-se cabeça de nova comarca, recém-batizada de Comarca do Rio Grande⁴⁶. Até a década de 1880, Oliveira terá sua jurisdição atrelada a diversas comarcas, até que se tornou cabeça da Comarca homônima na década de 1870⁴⁷.

No período entre 1840 e 1880, houve grande incremento populacional em Oliveira, assim como alguns desmembramentos de distritos que se emanciparam podem ter causado alguma perda demográfica, já no final deste período, entre as décadas de 1870 e 1880. Provavelmente, pelo fato de Oliveira alçar o status de Cidade em 1861, teria alcançado maior aglomeração populacional na segunda metade do século XIX. Segundo o advogado alagoano Francisco Oiticica, que foi juiz municipal na cidade entre 1877 e 1881, Oliveira possuía, neste mesmo período, 26.213 habitantes, sendo 19.330 livres (73,8%), e 6.883 escravos (26,2%)⁴⁸.

De acordo com os estudos desenvolvidos pelo Cedeplar,⁴⁹ o recenseamento de 1872 acusou números bem próximos aos registrados por Oiticica, com o total de 27.046 almas, que se compunham conforme Tabela 3 abaixo:

Tabela 1 - Distribuição Populacional de Oliveira por Cor e Condição - 1872

Condição	livres			escravos			total
	homens	mulheres	soma	homens	mulheres	soma	
Cor							
Branco	4.912	4.881	9.793	0	0	0	9.793
Pardo	3.162	3.114	6.276	1.391	1.324	2.715	8.991
Preto	1.483	1.412	2.895	2.711	2.463	5.174	8.069
Caboclo	105	88	193	0	0	0	193
Total	9.662	9.495	19.157	4.102	3.787	7.889	27.046

Fonte: Recenseamento de 1872 produzido por NPHED/CEDEPLAR:
disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>

Tomando como base estes índices, em comparação com a primeira estatística populacional apresentada por Fonseca para 1826, percebe-se que, em pouco mais de oito décadas a população de Oliveira partiu de 1.713 habitantes em 1790, para 27.046 em 1872. Isto significa que houve crescimento demográfico com índice superior a 1.500%, indicando intenso crescimento da cidade. Com relação ao número de escravos percebe-se certa diminuição na proporção entre estes e a população livre, já que em 1826, representavam 42,6%, e em 1872 caem para 29,2%. Entretanto, o número absoluto

⁴⁶OITICICA, Francisco de Paula Leite e. Notas sobre o Município de Oliveira. P. 16.

⁴⁷GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Jogando Caxangá: notas sobre as divisões jurídico administrativas na Comarca do Rio das Mortes durante o século XIX. P. 32-34; FONSECA, Luiz Gonzaga. História de Oliveira. P. 99-100, 107.

⁴⁸OITICICA, Francisco de Paula Leite e. Notas sobre o Município de Oliveira. P. 23.

⁴⁹Quadro de pesquisa do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica (NPHED), integrado ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>. Acesso em 28/01/2016. <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html;jsessionid=525e56b8159e8c6ebfa8cae5492b>.

de escravos cresceu aproximadamente 9 vezes (892%) entre os dois períodos, sugerindo que o crescimento da população escrava, teve grande incremento, mas não acompanhou os índices populacionais totais da região. Os motivos que explicariam esta tendência são vários e não serão detalhados aqui, atendendo apenas para as transformações sociais em torno do incremento da mão de obra livre, em detrimento da derrocada da instituição da escravidão a partir da década de 1870.

Considerações finais

O intento aqui foi apresentar uma abordagem específica para pesquisas que tenham como foco as cidades do interior de Minas Gerais durante o período da diáspora africana. Ao se considerar estas regiões como parte integrante do Mundo Atlântico, enfatiza-se caracterizações específicas dos indivíduos escravizados em Minas Gerais. Fossem africanos ou afro-descendentes, uma opção metodológica é sobrepular as imagens construídas pelas fontes oficiais, que caracterizam a história destes indivíduos de forma pejorativa, compreendendo suas experiências e histórias de vida de outra maneira.

Tanto aqueles inseridos nos quilombos quanto os que foram registrados como réus em fontes criminais passam a ser vistos como protagonistas de uma reconstrução das estruturas sociais não como corruptores da mesma. Isto feito de forma a valorizar a história destes escravizados, a partir de suas experiências nas sociedades africanas, perpassando por novas situações, aprendizados e sociabilidades pelo atlântico, até surgirem como personagens criminalizados nos documentos oficiais. Da mesma forma, as estruturas sociais que geraram as informações destes indivíduos, por meio destes documentos, as regiões do interior de Minas por onde se instalaram, podem ser vistas pelo olhar da Atlantic History de Russell-Wood, como um braço do “mundo atlântico”, onde novas, complexas e singulares identidades passam ser interpretadas sob um olhar menos pejorativo.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: ed(?), 1972.
- CORREA, Leopoldo. *Achegas à história do Oeste de Minas (Formiga e municípios vizinhos)*. 2 ed. Formiga: 1993.
- FLORENTINO, Manolo e GÓES. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FONSECA, Luiz Gonzaga. *História de Oliveira*. Edição Centenário, 1961.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Jogando Caxangá: notas sobre as divisões jurídico administrativas na Comarca do Rio das Mortes durante o século XIX*. In: *Vertentes*, revista da Fundação de Ensino Superior de São João Del rei, n. 7, janeiro-junho, 1996. p. 29-37.
- _____. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais. São João Del-Rei 1831-1888*. São Paulo: Annablume, 2002.
- KARASCH, Mary C. Centro-Africanos no Brasil Central, de 1780 a 1835. In: HEIWOOD, Linda (org.), *Diáspora negra no Brasil* (São Paulo: Editora Contexto), 2008, pp. 127-164.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988;
- LIBBY, Douglas Cole e FRANK, Zephyr. *Voltando aos registros paroquiais de Minas Colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810*. In: *Revista Brasileira de História – Órgão oficial da Associação Nacional de História*. São Paulo, ANPUH, vol. 29, nº 58, jul.-dez., 2009. p. 383-415.
- MARTINS, Ângela Magalhães. *Século XIX: estrutura ocupacional de São João Del Rei e Campanha*. In: *V Seminário sobre economia mineira*. BH: Centro econômico de desenvolvimento e planejamento regional da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, 1990.

OITICICA, Francisco de Paula Leite e. Notas sobre o Município de Oliveira: Organizadas a pedido da Câmara do município e por este mandadas publicar pelo Baicharel Francisco de Paula Leite e Oiticica, advogado natural da província de Alagoas. Rio de Janeiro: Mateus e Costa e Cia: 1882

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

_____. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

REIS, João José e SILVA, Eduardo, *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RESENDE, Edna Maria. *Entre a solidariedade e a violência: valores, comportamentos e a lei em São João Del Rei, 1840-1860*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Fapemig; Barbacena: Unipac, 2008

RUSSELL-WOOD, A.J.R.. Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. *HISTÓRIA*, São Paulo, 28 (1): 2009, p.17-59.

SLENES, Robert W. ““Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil”. In: *Revista USP*. N.12. 1992. P. 48-67.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. *No labirinto das Nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SOUZA, Marina M. A rainha Jinga de Matamba e o catolicismo - África Central, século XVII. Comunicação apresentada no Congresso Internacional Las relaciones discretas entre las monarquías hispana y portuguesa. Madrid, 2007, pp.1-22.

_____. “Kilombo em Angola: Jagas, Ambundos, Portugueses e as circulações atlânticas”. In: PAIVA, Eduardo França e SANTOS, Vanicléia Silva (orgs.). *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em História – UFMG, 2013. (Coleção Olhares). P. 135-152.

THORNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Tradução de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.